

GÊNERO: UM CONCEITO, MÚLTIPLOS ENFOQUES¹

GENDER: A CONCEPT, MULTIPLES APPROACHES

Lindamir Salete Casagrande²

Marília Gomes de Carvalho³

*“O consenso foi o de que não há consenso sobre
qualquer natureza do feminino e do masculino”
Lia Zanotta Machado (1998).*

Resumo:

Neste artigo buscamos fazer uma reflexão acerca do conceito de gênero e seus múltiplos enfoques. Apresentar-se-ão algumas vertentes de discussão sobre o tema encontradas na bibliografia nacional e Internacional. Não objetivamos contemplar todos os enfoques teóricos, tampouco esgotar o assunto, mas apresentar a nossa interpretação sobre algumas correntes utilizadas nos estudos sobre gênero, contribuindo, assim, com a discussão da temática.

Palavras-chave: Teorias de gênero; conceito de gênero; estudos de gênero.

Abstract:

In this article we search to make a reflection concerning the gender concept and its multiple approaches. One will present some sources of discussion on the subject found in the national and international bibliography. We do not objectify to contemplate all the theoretical approaches, neither to deplete the subject, but to present our interpretation on some chains used in the gender studies, thus contributing with the discussion of the thematic one.

Keywords: Gender theories; gender concept; gender studies.

Introdução

É importante registrar que o conceito de gênero se apresenta sob diversas vertentes, e os estudos de gênero são desenvolvidos nos mais variados temas, assumindo múltiplos enfoques. Conforme argumenta Claudia de Lima Costa (1998), o termo gênero tem muitas definições no idioma português. Na maioria das vezes que se fala em estudos de gênero faz-se necessário explicar o significado do termo, ou seja, a que se está referindo ou, ainda, o que se está pesquisando.

Neste artigo será feita uma breve análise de algumas correntes que abordam gênero sob diferentes óticas no mundo acadêmico. Convém ressaltar

que não é intenção esgotar aqui a discussão acerca do tema, tampouco contemplar todas as vertentes ou linhas teóricas, mas sim, contribuir para o debate sobre este conceito.

Para iniciar esta discussão, julgou-se interessante apontar o que se entende por alguns dos termos que são recorrentes nos estudos de gênero. O dicionário⁴ da língua portuguesa traz muitas definições para o termo gênero, dentre elas encontra-se a definição originária da Antropologia na qual se tem “a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos” (FERREIRA, 1999, p. 980).

No mesmo dicionário, o termo homem é definido como “qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva. [Ou ainda] dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual, etc.” (1999, p. 1058) dentre outras definições. Para mulher, uma das definições encontradas no referido dicionário é “dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição)” (1999, p. 1377). Tais definições conduzem ao estereótipo presente no senso comum⁵ sobre homem e mulher. A diferenciação é feita por meio de qualidades e/ou características que se esperam encontrar em sujeitos que pertencem a um ou a outro sexo.

Para Joan Scott, gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (1995, p. 75). Definição esta que se assemelha à definição dada por Antônio Flávio Pierucci (1999). Para esse autor, gênero é uma classificação cultural com base no sexo; sexo é a base biológica sobre a qual se constrói o gênero; macho e fêmea identificam as pessoas com base em suas naturezas biologicamente sexuadas (indica a diferença de capacidade reprodutiva das pessoas); masculino e feminino identificam as pessoas por gênero. Desta forma, “um corpo sexuado como fêmea é culturalmente percebido e socialmente construído como feminino” (PIERUCCI, 1999, p. 125). Algo similar acontece com um corpo sexuado como macho. Daniela Auad argumenta que “as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos” (2006, p. 21).

Londa Schienbinger também considera importante fazer a diferenciação entre os termos que aparecem recorrentes nos estudos de gênero. Nas palavras da autora,

uma “mulher” é um indivíduo específico; “gênero” denota relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens quanto a mulheres; “fêmea” designa sexo biológico; “feminino” refere-se a maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos que podem também ser adotados por homens; e “feminista” define uma posição ou agenda política (2001, p. 32).

A autora fez a especificação dos termos relacionados à mulher, porém, a partir destas definições pode-se inferir que um homem é um indivíduo específico; macho designa o sexo biológico; e assim por diante.

A seguir, far-se-á um breve apanhado histórico sobre o conceito de gênero.

De estudos sobre mulheres a estudos sobre relações de gênero

Os estudos sobre mulheres buscavam mostrar a participação feminina na sociedade, tirando as mulheres da invisibilidade. "Supunha-se a existência de homens e mulheres e tratava-se, então, de analisar seus papéis sociais, sua 'condição' e demonstrar sua subordinação, ou sua resistência" (MACHADO, 1998, p. 113). Porém, a autora considera que os "estudos sobre a condição, a situação e a posição das mulheres não pareciam ser capazes de responder aos desafios feministas" (MACHADO, 1998, p. 107), uma vez que se tornavam muito descritivos e acabavam reificando a situação da mulher ao invés de questioná-la e combatê-la. Scott (1995) argumenta que os estudos sobre as mulheres eram centrados exclusivamente na mulher sem considerar o que ocorria com o homem em situações semelhantes, e, desta forma, não mais contemplavam a extensa gama de situações que deveriam ser consideradas para melhor compreender a sociedade e as relações sociais.

Assim, surgiu a busca por uma área do conhecimento que contemplasse toda a diversidade de campos de estudos que se vislumbrava e melhor se adequasse à linguagem acadêmica. É nesse cenário que surge o termo gênero. Ele adentra a academia no momento em que as/os teóricas/os buscavam uma forma de desnaturalizar a condição da mulher na sociedade (SIMIÃO, 2006). O gênero surge como uma tentativa de fugir dos termos sexo e diferença sexual e passa a substituir o termo mulher nos títulos de algumas pesquisas. Uma parcela das/os pesquisadoras/es passa, então, a empregar o termo gênero "como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos" (SCOTT, 1995, p. 72).

A mudança de mulher para gênero não ocorreu sem problemas, pois outras/os pesquisadoras/es se opunham a ela, considerando que o termo despolitizava o movimento feminista ao substituir um sujeito politicamente construído, a Mulher, por um termo neutro, o Gênero (SIMIÃO, 2006).

Costa argumenta que "o gênero como categoria de análise permitiu uma certa despolitização dos estudos feministas na academia latino-americana" (1998, p. 134). Isto ocorreu porque "muitas estudiosas da área adotaram a rubrica 'estudos de gênero', mantendo, assim, o 'rigor' e a 'excelência' científicas [...] conquistando um espaço seguro dentro do cânon acadêmico ao invés de desafiá-lo" (COSTA, 1998, p. 134). Assim, o termo gênero foi utilizado por essas pesquisadoras com o intuito de adentrar ao meio acadêmico e obter o reconhecimento da cientificidade de seus estudos. A autora afirma que "falar de gênero em vez de mulher também dava mais status e revelava maior sofisticação por parte da pesquisadora, a qual então saía definitivamente do gueto dos estudos da mulher" (1998, p. 135). Talvez, isso tenha seduzido muitas pesquisadoras para usar a nova terminologia, porém a questão política saiu de cena.

Para Margareth Rago, gênero possibilitou "sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora" (1998, p. 95), visto que, até então, mesmo reconhecendo que o sexo fazia parte das experiências humanas,

ele era excluído da dimensão analítica. Os estudos de gênero permitiram a inclusão do sexo e da sexualidade às discussões acadêmicas sem que os estudos com este enfoque fossem considerados de menor relevância.

Entre oposições e adesões, gênero foi se popularizando e assumindo uma conotação cada vez mais ajustada à linguagem científica e sendo utilizado por um número crescente de acadêmicas/os, bem como recebendo uma gama cada vez maior de definições e enfoques. O conceito de gênero passou a ser considerado “uma ferramenta teórica que possibilita a crítica da visão androcêntrica e da dominação masculina” (DE CARVALHO, 2003, p. 57), ou seja, “uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 2001, p. 21).

Gênero, então, apresentava-se oportuno para a discussão dos problemas e da situação da mulher na sociedade, pois também introduzia a visão relacional aos debates, a visão de que “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 72). Qualquer conhecimento sobre um sexo implica necessariamente em conhecimento sobre o outro, pois ambos vivem no mesmo contexto e são construídos na interação entre os sujeitos, nas relações entre homens e mulheres em suas vidas cotidianas. Porém, este enfoque aumentou a responsabilidade, ou o “fardo”, para utilizar a expressão de Costa (1998), das/os pesquisadoras/es, pois um estudo de gênero que não analisasse também a situação do homem passou a ser considerado incompleto.

A conotação assumida pelo termo gênero parece se ajustar às Ciências Sociais e não determina, obrigatoriamente, a postura política. “Gênero’ não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada” (SCOTT, 1995, p. 75). Ou seja, a partir de então, “podia-se estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre homens e mulheres sem necessariamente assumir um projeto político feminista” (COSTA, 1998, p. 135), o que pode ter feito com que algumas/uns pesquisadoras/es se sentissem mais à vontade para desenvolver suas pesquisas nessa área do conhecimento. O uso do termo gênero representa, então, a busca pela legitimidade dos estudos sobre as mulheres e consegue adentrar a áreas do conhecimento que ofereciam resistência a estes estudos.

Porém, em algum momento, o termo gênero foi utilizado como sinônimo de mulher com o intuito de “obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas [...] visa sugerir a erudição e seriedade do trabalho [...] tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (SCOTT, 1995, p. 75). Assim, apenas ao substituir o termo mulher pelo termo gênero mudava-se a forma como o trabalho seria olhado e atingia um público que antes não era possível. Entretanto, Maria Lygia Quartim de Moraes (1998) chama a atenção para o fato de que gênero se refere tanto a homens quanto a mulheres e, desta forma, sua utilização como sinônimo de mulher é equivocada. Argumento este compartilhado com Maria Luiza Heilborn. A autora diz que

a categoria de gênero não deve ser acionada como um substituto para homem ou mulher. Seu uso designa, ou deveria fazê-lo, a dimensão inerente de uma escolha cultural e de conteúdo relacional. Por outro lado, ele traz embutida a

articulação desse código, que se apropria da diferença sexual tematizando-a em masculino e feminino, com outros níveis de significação do universo [...] o gênero interage com outros códigos (1992, p. 41).

Estes outros códigos aos quais a autora se refere são: classe, raça, etnia, dentre outros, que também têm participação importante na definição das identidades e na construção dos sujeitos.

Pesquisas baseadas nas teorias de gênero têm se diversificado muito nos últimos anos e, nos dias atuais, englobam estudos sobre os múltiplos gêneros e a relação entre eles, bem como a relação entre os indivíduos pertencentes a um mesmo gênero. Rago considera que

a categoria do gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal mas que intuimos de algum modo. [...] [Considera ainda] um grande avanço podermos abrir novos espaços para temas não pensados, de campos não problematizados, de novas formas de construção das relações sociais não imaginadas pelo universo masculino (1998, p. 96-97).

Com o desenvolvimento cada vez maior dos estudos de gênero, este “passaria a ser visto, [...], menos como modelos dominantes de masculino e feminino, mas como uma linguagem, uma forma de comunicação e de ordenação do mundo” (SIMIÃO, 2006, p. 13). Segundo o mesmo autor, o gênero permeia todos os setores da sociedade, orienta a forma como as pessoas se relacionam e pode se constituir em “base para preconceitos, discriminação e exclusão social” (2006, p. 13).

Desta forma, gênero passa a ser visto como uma construção social, ou seja, parte do ponto de vista “em que as premissas do social são cada vez mais vistas como culturalmente construídas; isto é, desnaturalizadas, [...], e passíveis de reconstruções” (MACHADO, 1998, p. 110-111), fruto da interação entre os sujeitos e destes com a sociedade. Ao considerar gênero como uma construção social, considera-se também que ele está em constante construção e mutação, e o que representa a verdade para uma sociedade e cultura específica nos dias de hoje pode não mais valer para um futuro próximo. Daí a importância de se desenvolver pesquisas de gênero que estejam localizadas no tempo e no espaço. Seus resultados serão válidos para aquela realidade pesquisada e não deverão ser generalizados.

A seguir, serão apresentados alguns dos múltiplos enfoques dados ao conceito de gênero pelas/os pesquisadoras/es que desenvolvem seus estudos nesta área do conhecimento.

Diferentes enfoques das teorias de gênero

As diferenças biológicas foram, por muito tempo, utilizadas para justificar as desigualdades entre os gêneros, como se as características definidas pela biologia fossem as responsáveis pelas habilidades físicas e intelectuais dos indivíduos, e mais ainda, determinassem a suposta “inferioridade” feminina. Argumento semelhante era utilizado para justificar a inferioridade do negro (africano) em relação ao branco (europeu) (MORO, 2001). Porém, com o

avanço da Ciência, já não é mais possível valer-se exclusivamente das diferenças biológicas para explicar as desigualdades entre os sexos, pois, “os biólogos podem nos dizer que, estatisticamente os homens são mais fortes que as mulheres, mas eles não podem nos dizer porque a força e as atividades masculinas, em geral, parecem ser mais valorizadas em todas as culturas” (ROSALDO e LAMPHERE, 1979, p. 21).

As autoras argumentam, ainda, que “o que é ser homem ou o que é ser mulher dependerá das interpretações biológicas associadas a cada modo cultural de vida” (1979, p. 22). Desta forma, pode-se perceber que as diferenças biológicas constituem fator importante nas construções das desigualdades de gênero, porém não no único fator determinante destas desigualdades. É importante considerar o contexto sócio-cultural-histórico como fator relevante na construção das identidades de gênero.

A dicotomia rígida homem/mulher, que considerava gênero como uma variável binária foi empregada no início dos estudos de gênero, estava baseada nas diferenças entre os gêneros sem considerar que existiam muitas semelhanças entre homens e mulheres e que estas semelhanças deviam ser valorizadas. Costa considera que:

o enfoque um tanto obsessivo dos pesquisadores sobre as diferenças sexuais, acrescido de uma confiança teórica numa conceitualização estática e dualista de gênero [...], impediu-os de enxergar aqueles mecanismos sociais e estruturais que ao mesmo tempo impõem e abalam divisões e limites entre homens e mulheres (1994, p. 146-147).

Costa (1994) aponta quatro paradigmas que vêm norteando os estudos sobre as questões de gênero sob a ótica da linguagem; porém esses paradigmas também podem ser utilizados para análises de gênero sobre outros enfoques.

O primeiro trata as questões de gênero como papéis dicotomizados. As/os pesquisadoras/es adeptas/os deste paradigma partem do pressuposto de que homens e mulheres foram socializados de forma diferenciada e portando, aprenderam e internalizaram papéis específicos para cada um dos gêneros.

Esta abordagem embora represente um avanço com relação à visão de gênero como variável binária, apresenta algumas limitações como, por exemplo, não permite que se compreenda o que é ser homem ou ser mulher por meio de papéis como professor e secretária. Também deixa de fora da análise as questões de poder e desigualdade e refere-se a “estereótipos de papéis do homem ou da mulher” (COSTA, 1994, p. 148), além de não contemplar as mudanças sociais que ocorrem constantemente. Estas/es teóricas/os entendem a mudança como algo que ocorre para os papéis de cada gênero e

não como algo que surge dentro das relações entre os gêneros em consequência da interação dialética entre a prática social e a estrutura social, [...] ao enfatizar dualismos, essa teoria desvia a atenção da complexidade das relações sociais. O gênero é melhor entendido em termos políticos e sociais e com referência a formas locais e específicas de relações e desigualdades sociais” (COSTA, 1994, p. 149).

Isso demonstra que não se deve analisar as questões de gênero fora de seu contexto, pois corre-se o risco de uma visão equivocada da realidade. O

que é normal e aceitável para uma sociedade ou cultura pode ser inaceitável e motivo de preconceitos e discriminações em outras sociedades e culturas.

Em suma, a teoria dos papéis dicotomizados não apresenta uma visão clara da relação entre os gêneros; porém, em determinadas ocasiões esta teoria, embora frágil, pode ser útil. A visão de gênero como papéis dicotomizados pode ser percebida nas definições de homem e mulher encontradas no dicionário Aurélio, já citadas anteriormente, no qual a definição de um é feita quase que como oposição ao outro, ou seja, as características apontadas como sendo relacionadas ao homem são opostas às apontadas como relacionadas à mulher o que vem reforçar a visão estereotipada que considera homem e mulher em oposição binária.

Comumente ouve-se falar que determinadas profissões e tarefas não são apropriadas para homens ou para mulheres. A sociedade atual está acostumada a ver homens e mulheres em papéis específicos e quando estes papéis se invertem ou alternam ocorre um estranhamento. É conveniente lembrar que estes papéis variam dependendo da cultura, da época, do local, da faixa etária, dentre outros fatores que influenciam em sua determinação.

O segundo paradigma, apontado por Costa (1994), trata gênero como uma "variável psicológica". Para as/os pesquisadoras/es que seguem esta vertente teórica, existiria uma escala na qual o mais alto grau de masculinidade estaria num dos extremos e o mais alto grau de feminilidade estaria no outro extremo, e todos os indivíduos seriam "encaixados" entre estes extremos. O ser ideal seria o andrógino que teria características marcantes tanto femininas quanto masculinas. Porém, esta escala não deixava evidente o que estava sendo mensurado e fazia do "comportamento uma qualidade de gênero [...] de acordo com o modelo dualista rígido de masculinidade-feminilidade" (1994, p. 151) baseado em estereótipos de masculino e feminino. Deixava intacta a questão de poder e não contemplava as relações entre os indivíduos. Desta forma, "o gênero, definido como força ou orientação psicológica, continuou fundamentando noções tradicionais de masculinidade e feminilidade e terminou por reificar o que se propunha dissolver" (COSTA, 1994, p. 152).

O terceiro paradigma que trata gênero como "sistemas culturais" parte do pressuposto de que homens e mulheres têm culturas diferentes, vivem em mundos separados e incomensuráveis e quando tentam se comunicar, geralmente não são bem sucedidos. Desta forma, "a diferença se torna, então, um conceito-chave para significar que as mulheres têm uma voz, psicologia e experiências de amor diferentes" (COSTA, 1994, p. 153). Porém, ao observar o mundo à volta, percebe-se que homens e mulheres, meninos e meninas, são criados nos mesmos ambientes e a interação entre eles é constante, o que implica que a visão de mundos separados não se aplica à realidade.

A teoria de gênero como sistemas culturais apresenta a cultura feminina como uma contracultura baseada na "cooperação, participação e sensibilidade da mulher quanto às necessidades dos outros" (COSTA, 1994, p.153). A mulher teria uma tendência cultural ao cuidado com o semelhante o que, em nossa sociedade, se traduz nos papéis de mãe e de professora. A mãe que "cuida" dos filhos e do marido e a professora que "cuida" e educa as crianças. Desta forma, espera-se que homens e mulheres tenham ações e reações diferentes

e pré-determinadas diante das diversas situações do cotidiano.

Esta teoria está baseada nas diferenças e negligência as semelhanças entre os seres humanos. Considera que homens e mulheres têm uma única voz e uma cultura homogênea, como se todos os homens pensassem, agissem e falassem da mesma forma, o mesmo ocorrendo com as mulheres, deixando à margem a multiplicidade e a diversidade de masculinidades e feminilidades. Também não contempla os múltiplos papéis que os indivíduos assumem cotidiana e concomitantemente. Por exemplo, a mulher pode ser filha, mãe, esposa, trabalhadora, chefe dentre outras funções que assume simultaneamente, sendo que o mesmo ocorre com o homem. Assim o comportamento e postura, tanto de homens quanto de mulheres, pode mudar no decorrer do mesmo dia ou até da mesma hora, dependendo inclusive do ambiente e da situação em que elas ou eles se encontram.

O discurso da diferença, segundo Costa, pode ser utilizado para justificar práticas discriminatórias que mantêm as mulheres em “seus devidos lugares – ou pior – para retorná-las a eles” (1994, p. 157). Pode também servir para demonstrar e provar que certas tarefas não muito agradáveis devem ser atividades femininas por serem “mais condizentes com a natureza feminina do que com a masculina” (1994, p. 157). A visão da diferença pode obscurecer a dominação de um dos gêneros sobre o outro e também não contempla as questões de poder e desigualdade entre os gêneros e nem como essas desigualdades se relacionam com as demais desigualdades sociais.

Por fim, Costa apresenta gênero como “relacional”. Visão esta cujo ponto de partida é o “sistema social de relacionamentos dentro do qual os interlocutores se situam” (1994, p. 158). É uma abordagem que possibilita uma concepção de masculinidade e feminilidade ajustada ao contexto social, evita que as explicações sobre as relações de gênero sejam universalizadas, abandona a visão binária de masculino e feminino e considera a pluralidade de masculinidades e feminilidades, uma vez que está focada na dinâmica dos contextos sociais.

Ao estudar homens e mulheres em seus ambientes, contempla a visão dos diversos gêneros sobre os fatos, bem como os aspectos históricos e culturais e as práticas cotidianas dos indivíduos. Esta abordagem permite que se tenha uma visão do problema a partir dos diferentes pontos de vista. “Os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais compreensíveis somente no contexto da interação social” (COSTA, 1994, p. 161). Os gêneros, desta forma, passam a ser entendidos como construções sociais, fruto da interação entre os indivíduos, bem como do contexto no qual eles estão inseridos.

A visão relacional de gênero que considera que “o feminino só existe enquanto em relação ao masculino” (COSTA, 1998, p. 135) e vice-versa representa um avanço nas teorias de gênero, pois permite que se contemple uma gama maior de objetos de estudos, que se ouça as múltiplas vozes de homens e mulheres e que se obtenha resultados mais próximos da realidade. “A superação da lógica binária contida na proposta da análise relacional de gênero, nessa direção, é fundamental para que se construa um novo olhar aberto às diferenças” (RAGO, 1998, p. 98). Os resultados de uma pesquisa

apoiada nesta visão de gênero não podem ser universalizados, já que representam o que ocorre com uma determinada sociedade e num contexto histórico-cultural específico.

Outra autora que analisa as diferentes teorias de gênero é Joan Scott (1995). Ela considera que as múltiplas abordagens de gênero podem ser resumidas a três, faz uma crítica a cada uma delas e apresenta sua própria teoria sobre gênero.

A primeira corrente apontada por Scott é a do "patriarcado". As/os pesquisadoras/es adeptas/os dessa teoria "têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na 'necessidade' masculina de dominar as mulheres" (1995, p. 77).

As/os teóricas/os dessa linha de pensamento consideram que a libertação da mulher depende da melhor compreensão do processo de reprodução, uma vez que este processo representa fonte de dominação das mulheres pelos homens (os homens teriam necessidade de dominar as mulheres para compensar sua menor participação na reprodução da espécie). Esta teoria está centrada, então, nas desigualdades entre os gêneros e, mesmo reconhecendo o papel do sistema social na construção destas desigualdades, não mostra a relação entre as desigualdades de gênero e as outras desigualdades sociais. Mantém a construção da análise de gênero baseada nas diferenças físicas entre homens e mulheres que são consideradas universais e imutáveis. Scott afirma que "uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática [...] ela pressupõe um significado permanente ou inerente para o corpo humano - fora de uma construção social ou cultural - e, em consequência, a a-historicidade do próprio gênero" (1995, p. 78). A desigualdade de gênero é, nesta concepção, vista como fixa e invariável em todas as culturas e em todos os tempos.

A segunda corrente de pensadoras/es, segundo Scott, é a que compreende as "feministas marxistas". Elas têm uma visão mais histórica de gênero, porém, embora admitam variações e adaptações, "a exigência auto-imposta de que haja uma explicação 'material' para o gênero tem limitado ou, ao menos, retardado o desenvolvimento de novas linhas de análise" (1995, p. 78). O principal problema enfrentado por esse grupo de teóricos é que no marxismo "o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como subproduto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um status analítico independente e próprio" (1995, p. 80). Sendo assim, esta teoria limita o campo de desenvolvimento dos estudos de gênero; não contempla a multiplicidade de vozes e a diversidade de gêneros.

A terceira corrente apontada por Scott é a "psicanalítica" ou de "relações com o objeto". Esta teoria está dividida em duas escolas, a Anglo-Americana e a Francesa, as quais têm preocupação "com os processos pelos quais a identidade do sujeito é criada" (1995, p. 80) e está centrada nas fases iniciais do desenvolvimento da criança "a fim de encontrar pistas sobre a formação das identidades de gênero" (1995, p. 80).

Esta corrente tem se mostrado atraente para muitas/os pesquisadoras/os nos últimos anos por servir para avaliar dados específicos baseados em observações gerais ou por que "parecem oferecer uma formulação teórica

importante no que concerne ao gênero” (SCOTT, 1995, p. 81). Para ela, o problema desta teoria é que, tanto para a construção das identidades de gêneros quanto para gênese da transformação, as bases são estruturas de interação que podem ser consideradas pequenas como a divisão do trabalho na família e o papel de cada um dos pais na construção da identidade dos filhos, ou seja, limita o conceito e as construções de gênero à esfera da família sem possibilitar que as/os pesquisadoras/es extrapolem este conceito para outros sistemas tanto sociais quanto políticos, econômicos ou de poder. Outro fator que fica fora das análises é a questão da desigualdade entre os gêneros, a causa que leva a masculinidade ser mais valorizada que a feminilidade em diversas culturas não é analisada.

Após apresentar as três correntes, Scott afirma que “o termo ‘gênero’ faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre homens e mulheres” (1995, p. 95).

Então, Joan Scott apresenta sua teoria de gênero que está baseada em duas proposições “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86).

A primeira proposição implicaria em quatro elementos constitutivos interrelacionados que são:

- a) os símbolos culturalmente disponíveis e como esses símbolos implicam em representações simbólicas. Às/aos pesquisadoras/es caberia saber quais são estes símbolos, como eles são utilizados e em que contextos eles aparecem;
- b) conceitos normativos para interpretar estes símbolos que estão expressos em instituições como as religiões, a escola, a ciência, a política e a justiça e assumem a forma de oposição binária típica para estabelecer o significado de ser homem ou ser mulher. A preocupação das/os historiadoras/es deveria ser quando e em quais situações a repressão ou rejeição das possibilidades alternativas é questionada;
- c) a necessidade de ampliação do uso do termo gênero, uma vez que ele tem sido restrito ao sistema de parentesco. Scott afirma que “temos a necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco, mas também [...] o mercado de trabalho [...], a educação [...], o sistema político” (1995, p. 87). O parentesco constrói o gênero, porém não só ele, o sistema econômico, a educação e a política contribuem significativamente para as construções sociais e para o gênero e na sociedade atual funcionam independentemente do parentesco;
- d) a identidade subjetiva, que para Scott, “embora a teoria lacanianiana possa ser útil para a reflexão sobre a construção da identidade generificada, as/os historiadoras/es precisam trabalhar de uma forma mais histórica” (1995, p. 87).

Na segunda proposição de Scott que trata gênero como uma forma

de dar significado às relações de poder, ela reconhece que o gênero não é o único campo para legitimação do poder, porém o gênero aparece recorrente e persistentemente como forma de dar significação ao poder no mundo ocidental.

Scott aponta como a sexualidade é chamada a legitimar as relações de poder entre os sexos. Sendo assim,

o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (1995, p. 89).

A referida autora faz uso da política para representar o poder, porém assume que esta “é apenas uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise histórica” (1995, p. 89). Ela considera que as relações de poder e o gênero se constroem reciprocamente e que as mudanças na análise podem ser iniciadas em diversos lugares. Sendo assim, deve-se considerar o contexto sócio-histórico e cultural na análise dos fenômenos. “Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes” (SCOTT, 1995, p. 93). Vazias, por não terem significados definitivos e transbordantes, porque mesmo sendo fixas, ainda admitem definições alternativas, negadas ou suprimidas.

Uma nova história, baseada na teoria proposta por Joan Scott, possibilitaria novas visões sobre os fatos históricos ao redefinir as velhas questões em termos que contemplem novos enfoques. Levaria também à visibilidade feminina, mostrando a participação das mulheres em pequenos e grandes acontecimentos da história da humanidade, além de levar à reflexão sobre o futuro do movimento feminista, uma vez que “sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 93).

Na teoria proposta por Scott, os gêneros são construções sociais contextualizadas e em constante transformação, visão esta compartilhada com outras/os pesquisadoras/es dentre as/os quais pode-se citar Donna Haraway (2000) e Guacira Lopes Louro (1995). Embora esta teoria tenha sido desenvolvida com o intuito de incluir gênero como uma categoria de análise histórica, ela pode ser utilizada para outros tipos de pesquisas. Aproxima-se da conceituação dada por Costa (1994) para a visão de gênero como relacional e desta forma contempla a multiplicidade de masculinos e femininos, bem como a relação de poder entre os gêneros e dentro de cada gênero também.

Seguindo na busca por mapear os diferentes enfoques de gênero, encontra-se Londa Schienbinger que considera o “feminismo⁶ liberal” (também chamado de feminismo da igualdade ou feminismo científico) como “a forma principal de feminismo nos Estados Unidos e na maioria da Europa Ocidental” (2001, p. 22). Este grupo de pesquisadoras do feminismo tem como principal bandeira a igualdade de direitos entre homens e mulheres e teve um impacto

tão grande que, para a maioria das pessoas, lutar pela igualdade entre os sexos não é mais uma questão feminista. “Os liberais geralmente vêem as mulheres como, em princípio, iguais aos homens – tudo o mais sendo equivalente – e portanto lutam para dotar as mulheres das habilidades e oportunidades para vencer num mundo masculino” (SCHIENBINGER, 2001, p. 23).

Um dos problemas desta visão de gênero, segundo a referida autora, é que ao considerar homens e mulheres iguais, o faz em todos os sentidos, inclusive o biológico. Os/as liberais tendem a ignorar ou até a negar as diferenças de gênero, “para todos os propósitos práticos, as mulheres pensam e agem de maneiras indistinguíveis das dos homens” (2001, p. 23). Ignora-se que a função de parir, por exemplo, é da mulher e “espera-se que o parto ocorra exclusivamente aos finais de semana e feriados, para não perturbar o ritmo de trabalho cotidiano” (2001, p. 23). Esta visão de gênero negligencia as diferenças e desigualdades entre os seres humanos e, conseqüentemente, entre os gêneros. Embora tenha sido útil para o feminismo em um dado momento, não privilegia a multiplicidade de vozes e peca pelo excesso de “igualdade”.

Ao falar especificamente da Ciência, Schienbinger aponta para outro problema do feminismo liberal, “ele procura adicionar as mulheres à Ciência normal, deixando esta imperturbada” (2001, p. 24). Espera que as mulheres se adaptem à Ciência sem que esta sofra nenhuma alteração, nem na cultura nem no conteúdo, para acomodá-las.

Já o movimento que surgiu no início da década de 80 foi denominado por Schienbinger de “feminismo da diferença”. Esta corrente do feminismo estaria centralizada na diferença entre homens e mulheres e não na igualdade; afirmava que homens e mulheres eram diferentes por força da cultura e não por força da natureza, ou seja, as diferenças entre os gêneros eram culturalmente construídas o que difere das diferenças biológicas que são dados naturais.

Buscava trazer para a discussão aspectos que a sociedade estava acostumada a desvalorizar por serem femininos como, por exemplo, a subjetividade, a cooperação e a empatia, com o intuito de reavaliar esses conceitos.

Schienbinger chama a atenção para o que algumas/uns cientistas consideram o problema do feminismo da diferença. Este grupo de feministas tende a ver, com muita facilidade, uma mulher universal e, na visão das feministas pós-modernas,

as mulheres nunca se constituíram um grupo cerrado com interesses, antecedentes, valores, comportamentos e maneirismos comuns, mas sim vieram sempre de diferentes classes, raças, orientações sexuais, gerações e países; as mulheres têm diferentes histórias, necessidades e aspirações (2001, p. 26).

Esta visão de Schienbinger é compartilhada por Haraway quando ela argumenta que “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher” (2000, p. 52). Para esta autora, a categoria mulher é complexa, construída por meio de discursos sexuais e práticas sociais questionáveis.

Nestes argumentos torna-se evidente a multiplicidade de femininos, bem como, a importância de se ter clara esta multiplicidade a fim de evitar distorções

da análise no desenvolvimento de uma pesquisa sob a ótica de gênero. É interessante lembrar que existe também a multiplicidade de masculinos, porém com relação a estes a sociedade é moldada sob as normas de uma cultura androcêntrica que considera “o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo” (MORENO, 1999, p. 23), está acostumada a ver os homens como seres individuais e não como um bloco, ou seja, a contemplar a multiplicidade de masculinos e a aceitar que os homens sejam capazes de desempenhar os mais variados papéis em seu cotidiano.

Outra tendência do feminismo de diferença é o de “romantizar aqueles valores tradicionalmente considerados femininos” (SCHIENBINGER, 2001, p. 26), e a sociedade tende a ver os saberes da mulher como “pouco mais que o lado irreverente de práticas culturalmente dominantes” (2001, p. 26), ou seja, a desvalorizá-los.

Deve-se tomar cuidado para com o uso do termo diferença, pois este não deve ser usado como sinônimo de desigualdade. Pierucci (1999) analisa como a diferença se manifesta nas mais diversas situações. Ele argumenta que a diferença é causadora de outras diferenças. Pierucci esclarece que,

quando digo aqui que a diferença faz diferença, quero dizer que a diferença produz diferença, que ela provoca, no campo das relações de representação, a emergência de novas diferenças. Ou seja, ela produz, social e sociologicamente, outras diferenças além dela, por causa dela, contra ela mesma (grifos do autor, 1999, p. 120).

O autor considera que o movimento feminista, bem como as teorias feministas podem ser classificadas em ondas. Na “primeira onda”, as teóricas não usavam a palavra diferença, pois lutavam para obter a igualdade entre homens e mulheres e, desta forma, buscavam “conquistar para as mulheres oportunidades, postos e direitos iguais aos dos homens” (1999, p. 122). Entretanto, as teóricas da “segunda onda” (ou teóricas da diferença) buscavam inverter o sentido negativo da diferença sexual. Buscavam compreender os motivos que transformavam as diferenças sexuais em desigualdades bem como compreender a que se deve esta diferença, à natureza ou à cultura? Pierucci considera que

a “segunda onda” representou para o feminismo um verdadeiro (re)nascimento teórico. Foi nessa travessia, quando acadêmicas feministas fundavam a “história das mulheres”, que os círculos intelectuais aprenderam a falar em diferença de gênero. [...] “Sexo” passou a ser diferenciado de “gênero”. [...] “sexo” é um dado biológico e “gênero”, um fato cultural (grifos do autor, 1999, p. 123-124).

Porém, o autor chama a atenção para o que ele denomina de “cílada da diferença”, pois ao se fixar o olhar na diferença pode-se incorrer no erro de analisar uma única diferença e deixar intocadas as demais. Ao considerar as mulheres como diferentes dos homens, pode-se considerar todas as mulheres como iguais entre si e perde-se a pluralidade de femininos. Segundo Pierucci, as teóricas feministas passaram então a estudar e a teorizar sobre as diferenças entre as mulheres. Passaram também a considerar outros fatores como causadores de diferenças, ou seja, fatores como raça, classe, etnia,

sexualidade, idade, dentre outros passaram a fazer parte dos estudos.

Desta forma, sob a ótica de Pierucci, a teoria de gênero passou por três estágios, a saber,

(1) da igualdade acima das diferenças passa-se à diferença de gênero; (2) da diferença de gênero, que representa a diferença feminina no singular em relação ao mundo masculino também no singular, (3) chega-se a uma nova descoberta empírica, a das diferenças "entre as mulheres", as diferenças "dentro" (1999, p. 149).

Sendo assim, as pesquisas nos dias atuais devem contemplar a multiplicidade de gêneros, ou seja, as diferenças "dentro dos gêneros", bem como as relações de poder estabelecidas entre os indivíduos de cada gênero. Passou-se das diferenças entre dois gêneros, o masculino e o feminino, para a diferença entre a multiplicidade de gêneros.

Existe ainda, outra corrente de teóricas/os, dentre as quais pode-se citar Butler (1998) e Costa (1998) que defendem a necessidade do feminismo falar para e em prol das mulheres. Esta corrente defende a re-criação da categoria mulher e teme pelo futuro dos estudos de gênero ao ver a proliferação dos estudos da masculinidade. Nas palavras de Costa, "não fosse suficiente a mulher ter virado gênero nos anos 80, vejo o gênero virando masculinidade no final dos anos 90. Temo que tenhamos voltado ao ponto de partida" (1998, p. 136). Costa sugere o retorno ao uso da categoria mulher de forma provocativa, considera a mulher "entendida não como essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política" (COSTA, 1998, p. 137). O retorno ao uso da categoria mulher evitaria o mau uso do termo gênero, bem como o desaparecimento da mulher nos estudos sobre gênero. Esta corrente de pensadoras/es preocupa-se também com o esvaziamento da categoria mulher o que iria contra os interesses do movimento feminista. Esta discussão vem ocorrendo entre estudiosos/as de gênero nos últimos anos, porém não será aqui aprofundada.

Considerações finais

Como pôde ser percebido nas páginas anteriores, a teoria de gênero tem diversas vertentes, e como diz a epígrafe deste capítulo, não há consenso sobre o caminho a ser seguido quando se inicia uma pesquisa sob a ótica de gênero. Pode-se observar, ainda, que as autoras e os autores analisados concordam em alguns pontos como, por exemplo, que gênero é uma construção social e, desta forma, está em constante transformação; que gênero é uma forma de legitimar as relações de poder; estão preocupados em privilegiar a multiplicidade de vozes e de gêneros, bem como, com o desenvolvimento de estudos de gênero localizados histórica e culturalmente.

A discussão sobre gênero pode, ainda, ser desenvolvida sob muitos outros enfoques, porém a intenção aqui não foi esgotar a discussão acerca do tema, mas sim apontar alguns enfoques desta teoria.

- ¹ Este artigo foi extraído da dissertação intitulada "Quem mora no livro didático? Representações de gênero nos livros de matemática na virada do milênio", disponível em www.ppgte.cefetpr.br/dissertação.
- ² Mestre em Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, professora da UTFPR, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia – GeTec do PPGTE/UTFPR, Coordenadora Editorial dos Cadernos de Gênero e Tecnologia do GeTec/PPGTE. E-mail: lindamir@ppgte.cefetpr.br. Página pessoal: www.pessoal.cefetpr.br/lindasc
- ³ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, professora do PPGTE/UTFPR, coordenadora e pesquisadora do GeTec. E-mail: carvalho@ppgte.cefetpr.br.
- ⁴ O dicionário utilizado para esta pesquisa foi o Novo Aurélio para o século XXI.
- ⁵ Entende-se como senso comum o conhecimento que não é baseado no método científico.
- ⁶ A teoria feminista e a teoria de gênero tiveram a mesma origem e algumas/ns autoras/es, como no caso de Schienbinger e Pierucci, ainda utilizam teoria feminista para os estudos de gênero.

Referências

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". Cadernos Pagu, 11, Campinas, p. 11-42, 1998.

COSTA, Claudia de Lima. O leito do procusto. Cadernos Pagu, Campinas, p. 141-174, 1994.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico de gênero. Cadernos Pagu, 11, Campinas, p. 127-140, 1998.

DE CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. O que essa história tem a ver com as relações de gênero? Problematizando o gênero no currículo e na formação docente. In: DE CARVALHO, Maria Eulina P. de; PERREIRA, Maria Zuleide da C (orgs). Gênero e educação: Múltiplas faces. João Pessoa, Universitária/UFPP, p. 55-76, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio do século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e abusos da categoria de gênero. In: HOLLANDA Heloisa Buarque. de (org). Y nosotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça. Fundação Memorial da América Latina, 1992, p. 39-44.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001a.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?, Cadernos Pagu, 11, Campinas, p. 107-125, 1998.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. Cadernos Pagu, 11, Campinas, p. 99-105, 1998.

MORENO, Montserrat. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. Trad. FUZZATTO, Ana Venite. São Paulo: Moderna; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MORO, Claudia Cristine. A questão de gênero no ensino de ciências. Chapecó: Argos, 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A diferença faz diferença, ou: a produtividade social da diferença. In: *Ciladas da diferença*. São Paulo: Ed. 34, 1999. cap. 5. p. 119-149.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, 11, p. 89-98, 1998.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. Introdução. In: *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 17-32.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez,1995.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Gênero no mundo do trabalho: variações sobre um tema. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, n. 5, ano 2, jan./mar 2006, p. 9-20.